



PLOCESSO TRT 712/2013. CONVENIO Nº 01/2018. TEMMO ADITIVO 05/2022.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

Nº 008/2017

Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2017, firmado entre a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul - JUCEMS e o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região – TRT/MS.

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. º 03.979.614/0001-55, com sede na rua Dr. Arthur Jorge, n.º 1376, Centro, em Campo Grande - MS, neste ato representada por seu Presidente o Sr. AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO, brasileiro, casado, portador do RG nº 057.239 SEJUSP/MS e do CPF/MS nº 178.172.341-91, residente e domiciliado em Campo Grande - MS, na Rua do Marco, nº 1.230, Bairro Jardim Mansur; doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, em parceria com o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - TRT/MS, inscrito no CNPJ nº 37.115.409/0001-63, com sede na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes) em Campo Grande - MS, neste ato representado por seu Presidente Desembargador ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA, brasileiro, portador do RG nº 116721807 SSP/SP, e do CPF nº 060.646.758-02, com domicilio funcional na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, doravante denominado simplesmente CONVENENTE, resolveram celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 008/2017, regido pelas disposições contidas nas Resoluções/SEFAZ nº. 2.052, de 19 de abril de 2007 e nº. 2.093, de 24 de outubro de 2007, no Decreto Estadual 11.261, de 16 de junho de 2003 e na Lei nº. 8666/93 naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Prorroga-se o prazo de vigência do Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2017/JUCEMS por mais 12 (doze) meses a contar de 19/02/2022 à 18/02/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES

2.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentats de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018)





PARAGRÁFO ÚNICO: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

2.2. O CONVENENTE obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento do convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONVENENTE não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento do convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS, responsabilizando-se o CONVENENTE pela obtenção e gestão.

- 2.3. O CONVENENTE obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do convênio ou a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL JUCEMS está exposta.
- **2.4.** O **CONVENENTE** deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONVENENTE deverá permitir a realização de auditorias da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUITA JUCEMS e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.





PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONVENENTE deverá apresentar a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto convênio, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

2.5. O CONVENENTE se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS, mediante solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO: O CONVENENTE deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente convênio.

2.6. O **CONVENENTE** não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento de convênio.

PARAGRÁFO ÚNICO: Caso autorizada transmissão de dados pelo CONVENENTE a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento de convênio.

2.7. O CONVENENTE deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste convênio, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.







2.8. O CONVENENTE deverá comunicar formalmente e de imediato a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

PARAGRÁFO ÚNICO: A comunicação acima mencionada não eximirá o CONVENENTE das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

- 2.9. Encerrada a vigência do convênio ou após a satisfação da finalidade pretendida, o CONVENENTE interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL JUCEMS e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando o CONVENENTE tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.
- 2.10. O CONVENENTE ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL JUCEMS para as finalidades pretendidas neste convênio.
- 2.11. O CONVENENTE ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL JUCEMS.

PARAGRÁFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.







PARAGRÁFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas do TERMO ORIGINAL, desde que não modificadas pelo presente TERMO ADITIVO.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente TERMO ADITIVO, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Campo Grande/M\$, 03 de fevereiro de 2022.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul - JUCEMS Augusto César F. de Castro Presidente/JUCEMS JUCEMS Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - TRT/MS André Luís Moraes de Oliveira Presidente do TRT da 24ª Região CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG n°

Benifácio T. Higa lunior
Analista Judiciário
TRT 24º Região

CPF n°

CPF n°

CPF n°

Junta Comercial de Mato Grosso do Sul

PORTARIA JUCEMS/GP/Nº 002/2022, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL-JUCEMS,

no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 23 da Lei Federal nº 8.934, de 18.11.94 e Art. 25, incisos VI e XXIII do Decreto nº 1800, de 30.01.96, por deliberação "ad referendum" do Plenário da Junta Comercial,

RESOLVE:

Desarquivar o ato de Extinção efetuado em duplicidade, através de registro digital automático em 08/02/2022, sob o nº 54814440, da empresa EDIMILSON BEZERRA GALINDOS ME - NIRE 5410084825-1, alusivo ao Protocolo 220116555, de 08/02/2022, nos termos do art. 40 , §1º, da Instrução Normativa nº 81.

Campo Grande/MS, 09 de fevereiro de 2022

Augusto César Ferreira de Castro Presidente

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2021, firmado com o Município de Dourados/MS.

Processo: 71/017.284/2021

Partes: 1) JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS – JUCEMS CNPJ: 03.979.614/0001-55, em Campo Grande/MS.

2) MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS,

CNPJ: 03.155.926/0001-44, em Dourados/MS.

Objeto: Constitui objeto do presente aditivo a alteração do Convênio, para adequá-lo à Lei Geral

de Proteção de Dados - LGPD.

Valor: Sem ônus.

Amparo Legal: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018) e suas

alterações.

Data da Assinatura: 01/02/2022.

Assinam: AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO - CPF: 178.172.341-91 e ALAN AQUINO GUEDES

DE MENDONÇA - CPF: 013.473.961-28.

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 039/2018/JUCEMS firmado com o Município de Dourados/MS.

Processo: 71/200.448/2018

Partes: 1) JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS – JUCEMS

CNPJ: 03.979.614/0001-55, em Campo Grande/MS.

2) MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS,

CNPJ: 03.155.926/0001-44, em Dourados/MS.

Objeto: Constitui objeto do presente aditivo a alteração do Termo de Cooperação Técnica, para

adequá-lo à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Valor: Sem ônus.

Amparo Legal: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018) e suas

alterações.

Data da Assinatura: 01/02/2022

Assinam: AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO e ALAN AQUINO GUEDES DE MENDONÇA.

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2017, firmado com o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª

Região – TRT/MS.

Processo: 71/200.343/2017

Partes: 1) JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MS – JUCEMS

CNPJ: 03.979.614/0001-55, em Campo Grande/MS.

2) TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO - TRT/MS.

CNPJ: 37.115.409/0001-63 em Campo Grande/MS.

Objeto: Constitui objeto do presente aditivo a alteração do Convênio, para adequá-lo à Lei Geral

de Proteção de Dados - LGPD.

Valor: Sem ônus.

Amparo Legal: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018) e suas

alterações.

Data da Assinatura: 03/02/2022.

Assinam: AUGUSTO CÉSAR FERREIRA DE CASTRO - CPF: 178.172.341-91 e ANDRÉ LUÍS MOARES

DE OLIVEIRA - CPF: 060.646.758-02.



